



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO	26 jul/ho	POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

FERREIRA DO AMARAL CONTRA GOVERNO PINTASILGO:

# «Mais uma 'gaffe' do general Eanes»

A sua passagem pelo lugar de secretário de Estado da Estruturação Agrária, onde desenvolveu uma acção a todos os títulos meritória, sem se deixar intimidar pela campanha que os comunistas moveram contra ele, e bem assim as críticas que tem dirigido, frontalmente, ao general Eanes, fizeram do dr. Ferreira do Amaral uma figura discutida e apreciada na actual cena política portuguesa.

Por isso, pareceu-nos interessante ouvi-lo, após a indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo, num momento em que o partido a que pertence — o PPM — se encontra apostado em, juntamente com o PSD e o CDS, através da «Aliança Democrática», mudar o País, tornando-o mais democrático e descentralizado.

«TEMPO» — Como encara a nomeação da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro do Governo que antecederá as eleições?

FERREIRA DO AMARAL — O mínimo que pode dizer-se desta nomeação — manifestamente influenciada pela dr.ª Manuela Eanes — é que não tem qualquer base lógica. Se o Governo do prof. Mota Pinto era da inteira confiança do Presidente da República, como este expressamente confirmou há cerca de três meses, por que é que não serve para assegurar a gestão do Executivo até às eleições?

Como é possível admitir um Governo, também de iniciativa presidencial, especificamente para eleições, salvo se se partir do princípio de que a vontade do eleitorado pode

ser decisivamente influenciada pelo Governo?

E se assim é, por que nomeia o Presidente um Primeiro-Ministro que não acerta com a maioria que o elegeram?

Note-se que não quero com isto significar qualquer antipatia para com a figura da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo. Só lamento é que ela tenha aderido a mais esta «gaffe» do general Eanes. E desejo-lhe que não seja queimada em lume brando, como tem acontecido a todos aqueles que se empenham em servir as iniciativas do nosso Presidente.

«T» — O facto de Eanes se ter pronunciado por eleições intercalares elimina, desde logo, a hipótese de realização do referendo que o PPM foi o primeiro partido a propor. Quer comentar essa decisão do general Eanes?

F.A. — Não é aí que a decisão do general Eanes me parece mais passível de críticas. Uma coisa é considerar-se — e eu considero — o referendo como a forma última e mais verdadeira de salvaguardar a expressão da vontade popular, com vista a assegurar a representatividade das grandes opções nacionais; e outra coisa seria complicar-se inutilmente a vida política (ainda mais do que o que o nosso Presidente a complicou), fazendo um referendo que pudesse vir a transformar estas eleições intercalares em antecipadas.

Para quê? Para se poupar o desgaste de duas eleições legislativas com menos de um ano de intervalo? Mas o referendo não produziria idêntico desgaste? E depois, resultaria



um risco: o de que o referendo se transformasse em dócil instrumento de alteração da estrutura de acordo com as constantes vicissitudes da conjuntura.

A meu ver, o referendo é uma coisa mais séria. É indispensável, e nenhuma constituição escrita será plenamente legítima se a ele não for submetida. Mas, por isso mesmo, deve ser realizado nos grandes momentos e na devida oportunidade.

«NÃO ACREDITO NA EFICÁCIA DO PRESIDENCIALISMO»

«T» — Subsistem algumas dúvidas quanto à vocação parlamentar do PPM. Qual a sua opinião a esse respeito?

F.A. — O PPM nasceu para a primeira hora, um regime parlamentar. Eu próprio sou parlamentarista, de sempre. Entendo que a melhor representatividade das instituições é assegurada pela clara preponderância dum parlamento eleito, não só na determinação das linhas básicas de orientação política, como na formação do Executivo.

Nunca gostei do presidencialismo, o que é lógico num monárquico constitucionalista como sou. Mas nem acredito na eficácia do presidencialismo em Portugal.

Ou o Presidente é bom, e correríamos o risco do poder pessoal, do culto da personalidade, talvez mesmo da ditadura; ou o Presidente é mau, e temos isto a que estamos a assistir, correcto e aumentado.

Mas perguntar-se-á: e com o Parlamento não sucede o mesmo? Creio bem que não, desde que a forma da sua constituição e escolha impeça alguns dos defeitos que habitualmente são assacados ao parlamentarismo.

«T» — E qual é a validade democrática da actual lei eleitoral?

F.A. — Pois é mesmo aí que quero chegar. Julgo que os males da pulverização partidária, da concentração do poder nos estados-maiores dos partidos, e do distanciamento

dos deputados relativamente ao eleitorado, poderão ser afastados desde que o sistema eleitoral seja bastante diverso do actual.

Pequenos círculos, correspondentes, mais ou menos, a 20 mil eleitores, deveriam eleger, cada um, o seu deputado, que seria o candidato mais votado. Numa palavra, representação maioritária por círculos de um deputado.

Por outro lado, seria de banir a exigência de que os candidatos sejam necessariamente propostos por partidos. A actuação dos partidos não deve torná-los em repartições de recepção de candidaturas, e muito menos em pastores credenciados da opinião pública. Isso fá-los, com justiça, vulneráveis a muitas críticas válidas.

Pelo contrário, a verdadeira pujança dum sistema partidário — e o pluralismo partidário é essencial à Democracia — só se verificará quando os partidos estiverem claramente do lado da Nação, a limitarem o Estado, e não como órgãos deste, a domesticarem a Nação.

«A REFORMA AGRÁRIA NÃO SE DÁ BEM COM COMPLEXOS DE ESQUERDA»

«T» — Que pensa da política de reforma agrária concretizada pelo Governo Mota Pinto após a sua demissão do cargo de secretário de Estado da Estruturação Agrária?

F.A. — Seria, para mim, deslegante fazer comparações, no actual estado de coisas, até porque não

disponho de elementos suficientemente documentados para o efeito.

Observo ter havido, nas intenções, uma vontade de maior aproximação das reivindicações da CAP e, na prática, uma desaceleração do ritmo de aplicação da lei.

Tenho, porém, a sensação de que o prof. Mota Pinto, o prof. Vaz Portugal e o meu sucessor tentaram, desesperadamente, sustentar uma linha política que o general Eanes nunca teve estomago para digerir. E este, logo que pôde, viu-se aliviado desse peso incómodo, o que aconteceu quando aceitou a demissão do prof. Mota Pinto.

Continua a pensar que a reforma agrária não se dá bem com complexos de esquerda, perante o alarido do «Diário» e o oportunismo do PS de hoje. Creio que ao Presidente falta a personalidade suficiente para se manter incólume diante da algazarra intencional que os marxistas-leninistas, dentro dos seus conhecidos métodos, fazem e farão contra as tentativas de introduzir a plena soberania nacional do Alentejo.

O general Eanes — oxalá me engane — assimilou, com todas as consequências, a noção de «ministérios controversos». E uma vez mais se não terá importado de engeitar os filhos que fez, nem de adiar o cumprimento das promessas eleitorais que, em oposição aos candidatos Pato e Otelo, fez em 1976, quando os portugueses podiam acreditar que davam apoio a quem libertaria o Alentejo da dominação soviética.